Cooperativismo e Agricultura Familiar: uma análise a partir de publicações científicas brasileiras no período entre 2010 a 2018

Autor(es): Suany Machado da Silva[*]; João Paulo Louzada Viera[^]; Kátia de Fátima Vilela [#]; Bruno de Jesus Lopes[@]; Marco Paulo Andrade[%]
Filiação: Universidade Federal de Viçosa (UFV) e membros do COOPERAR- UFV (Núcleo de Pesquisa e Extensão em Cooperativismo, Agricultura Familiar e Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural)*^ # @ %.
E-mail: suanysilva@yahoo.com.br; joaopaulo.direito@yahoo.com.br; katia.vilela@ifmg.edu.br; bruno.jesus@ufv.br; andrade.marcop@gmail.com.

Eixo temático: Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais

RESUMO
O presente artigo tem por objetivo apresentar as principais vertentes temáticas que vem sendo trabalhadas nas pesquisas científicas sobre agricultura familiar e cooperativismo no Brasil entre os anos de 2010 a 2018. Metodologicamente, utilizou-se para a concretização desse trabalho a pesquisa bibliográfica, sendo elaborado um estudo bibliométrico e bibliográfico quali/quanti através da revista e dos congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia, Administração e Economia Rural, sobre o assunto. Foi encontrado um total de 54 artigos que abordam diversos assuntos tangenciados ao tema principal da pesquisa. Os resultados apontam que o cooperativismo é apontado como uma importante ferramenta de fortalecimento da agricultura familiar, que garantem a organização dos agricultores, fortalece a relação entre os mesmos, fomenta o acesso a mercados e garantem o escoamento da produção.
Palavras-chave: Desenvolvimento rural, sustentabilidade, gestão, mercados.

RESUMO
This article aims to present the main thematic aspects that have been worked on in the scientific researches on family agriculture and cooperativism in Brazil between the years 2010 to 2018. Methodologically, the bibliographical research was used for the accomplishment of this work, being elaborated a bibliometric and qualitative / quantitative bibliographical study through the magazine and congresses of the Brazilian Society of Sociology, Administration and Rural Economy, on the subject. A total of 54 articles were found that deal with several subjects related to the main theme of the research. The results indicate that cooperativism is an important tool to strengthen family farming, which guarantees the organization of farmers, strengthens the relationship among them, fosters access to markets and guarantees the flow of production.
***Keywords*:** Rural development, sustainability, management, markets.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar, abrangendo diversas formas de organização e reprodução socioeconômicas, consolida-se não apenas como um segmento econômico, mas também como um modo de vida estreitamente ligado à realidade local na qual os territórios que a compõem se encontram. Esse conjunto de atores, práticas e processos inseridos na dinâmica das unidades familiares rurais vem passando por transformações técnicas e econômicas.

Estas transformações se inserem em um contexto de mudanças, de estratégias políticas governamentais, em que o cooperativismo e outras formas

de organização da agricultura familiar e de geração de renda para populações rurais marginalizadas são valorizadas.

Cooperativismo e agricultura familiar são duas temáticas centrais no bojo de agendas multilaterais de promoção do desenvolvimento sustentável e encadeiam consigo diversas pautas. A cooperativa como organização econômica é concebida como empreendimento aglutinador do interesse e das práticas econômicas de seus membros, viabilizando-as e potencializando-as. Como tal, já foi apropriada como solução para os problemas da agricultura familiar, fazendo parte da recomendação de inúmeras agências de desenvolvimento para instrumentalizar processos de combate a pobreza rural.

O Estado e as políticas públicas tem um papel muito importante nesse contexto. Várias políticas estatais de promoção do desenvolvimento induzem, mesmo que indiretamente, a constituição de organizações coletivas, como as cooperativas, para representar e viabilizar as operações econômicas de agricultores familiares e outros públicos periféricos, colocando o cooperativismo como alternativa às condições controversas existentes.

Em revista à literatura acadêmica especializada percebeu-se que há um proeminente campo de pesquisa e sistematização sobre agricultura familiar no Brasil, focalizando esta categoria a partir de diferentes matizes, mas que pouco dessa miríade de textos trata da organização da agricultura familiar ou mais especificamente do cooperativismo da agricultura familiar.

Diante dessas lacunas, este ensaio buscou compreender como as temáticas “cooperativismo” e “agricultura familiar” são abordados e estão localizadas no campo científico, problematizando o papel do cooperativismo para a agricultura familiar. Percebeu-se na pesquisa que no Brasil uma das principais e mais reputadas sociedades científicas que envolvem pesquisadores da área e possuem mecanismos de comunicação científica abertos é a Sociedade Brasileira de Administração, Economia e Sociologia Rural – SOBER. E pesquisa buscou nas bases de dados da Revista de Economia e Sociologia Rural - RESR e Anais dos Congressos da SOBER o tema cooperativismo e agricultura familiar e se colocou a responder: Qual o perfil dos trabalhos que estão sendo publicados e quais as principais ênfases que se tem dado na discussão sobre agriculta familiar e cooperativismo no campo científico brasileiro?

O objetivo principal foi traçar um panorama das abordagens sobre cooperativismo e agricultura familiar no Brasil, identificando discursos, lacunas e orientações para subsidiar futuras pesquisas e a difusão do cooperativismo para a agricultura familiar. Metodologicamente, estruturou-se o texto a partir de uma revisão de literatura, tratando de cooperativismo e agricultura familiar, e a metodologia detalhada, baseada numa análise bibliométrica. Em seguida são apresentados os resultados com a caracterização dos achados da pesquisa e as considerações finais.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Cooperativismo

O contexto histórico do cooperativismo ocorreu na Inglaterra, no início do século XIX, como alternativa socioeconômica, a qual valorizava a união de esforços coletivos com o intuito de conquistar objetivos comuns, ofertando



melhores condições de trabalho aos cooperados (VERRI, 2001). Nesse período, pode-se dizer que a Revolução Industrial afetou as condições de vida dos trabalhadores do chão de fábrica, onde os operários exerciam suas funções em condições insalubres, tinham uma jornada de trabalho de até 18 horas diárias, habitavam residências desumanas, recebiam baixos salários, a mão de obra preferida era de mulheres e crianças, pois assim poderiam pagar os menores salários, além disso, o valor dos alimentos e vestuários eram extremamente altos (BENATO, 2003).

Com a inserção das máquinas a vapor nas indústrias, houve um desemprego em massa, a classe laboral desempregada não possuía condições de subsistência mínima, tais como, alimentação e vestuário, ou seja, ocorreu uma irregularidade social (OLIVEIRA, 1984). Diante desse cenário, alguns operários com perfil de líderes chegaram à conclusão de que a solução seria a criação de uma associação cooperativa para superação das dificuldades coletivas, tendo essencialmente o desemprego como foco.

Essa iniciativa por parte da classe laboral foi muito desacreditada pelos trabalhadores pioneiros, pois tal empreendimento era muito diferente dos padrões da época constituídos por sistema tradicional.

Hoje a cooperativa é considerada uma empresa jurídica, constituída por pessoas de um determinado grupo, que, incorporando esforços e recursos, conseguem juntos melhorar a qualidade de vida de seus cooperados, além de prestarem serviços à própria comunidade, gerando, por exemplo, empregos formais (GONÇALVES; VILELA; BARBOSA, 2014). Neste quesito, Frantz (2012) salienta que a cooperação existente nesse ambiente coletivo faz parte de uma construção social entre homens e Estado, pensar em cooperativismo, alinhado a políticas públicas e desenvolvimento rural. Delgado (2005) destaca o protagonismo das pressões sociais sobre o poder público nesse contexto, em especial do movimento dos trabalhadores sem-terra (MST), que já mostrava a força desses trabalhadores quando se organizavam coletivamente.

Nessa perspectiva, na década de 2000, houve uma valorização da organização coletiva através da institucionalização do cooperativismo para acesso das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, tendo como ator central os agricultores familiares. Ao inserir esses trabalhadores rurais nas pautas de políticas públicas, o poder público visa resolver entraves referentes ao abastecimento alimentar, bem como conscientizar e estimular essa categoria social da necessidade de se organizarem coletivamente, minimizar conflitos no meio rural e ainda reduzir o êxodo rural através da agregação de renda (SCOPINHO, 2015).

Apesar dos agricultores familiares tornarem-se protagonistas em pautas de políticas públicas, existe uma contrapartida para ter a inserção nesse mercado, ou seja, é necessário que esses trabalhadores tenham organização social, pois nos processos de chamadas públicas, dentre os critérios, um deles é se a entidade que está concorrendo é uma organização coletiva, ela passa a ter preferências sobre os demais concorrentes (GRISA et al, 2010)

Para Martins (2003), a obrigatoriedade de criação de organizações coletivas para acesso ao mercado, condiciona a autonomia dos agricultores familiares e descaracteriza as relações sociais de solidariedade, reciprocidade e de coletividade alicerçadas no período de luta pela terra.

Para Schneider (2015), as Nações Unidas atribuem grande importância aos empreendimentos associativos. Essa valorização ocorre principalmente

pela forma de execução dos trabalhos e o reconhecimento da importância do meio ambiente para as gerações futuras, se constituindo um modelo de produção sustentável.

Assim, quando algumas diretrizes e princípios são seguidos fielmente pelos empreendimentos associativos, estes contribuem gradativamente para a promoção da sustentabilidade, estimulando os associados a preservarem não só o seu patrimônio, más também o meio ambiente como um todo, independente do seu ramo de atividade, seja ele industrial, rural, ou de outros serviços. Nesse contexto, é possível perceber que há um processo de educação com os associados, objetivando a manutenção de seu patrimônio para as presentes e futuras gerações.

2.2 Agricultura Familiar

O termo “agricultura familiar” passou por um processo de popularização ao longo das últimas 3 décadas, principalmente pelo fortalecimento de políticas públicas destinadas a esse segmento e sua importância social, econômica e ambiental que visa a formulação de estratégias para um desenvolvimento rural sustentável no país.

De acordo com o artigo 3º da Lei 11.326, de 24 de junho de 2006, agricultor familiar é aquele que atende os seguintes requisitos: i) não detenha, propriedade com área superior a quatro módulos fiscais; ii) utiliza mão de obra familiar nas atividades econômicas do estabelecimento; iii) – possua renda familiar mínima oriundas das atividades do empreendimento. Para além, o seu conceito possui uma ampla complexidade, passando por diversas áreas do conhecimento e por vários debates políticos e sociais nas últimas décadas.

O conceito de agricultura familiar foi se incorporando a diversidade de recursos, da academia ao debate político, no meio sindical, entre assessores de organizações de movimentos sociais e agentes da extensão rural. Assim, ela se legitima no Brasil pela ação do Estado em meados dos anos 90, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O PRONAF é um programa do Governo Federal criado em 1995, com o intuito de atender de forma diferenciada os “mini e pequenos” produtores rurais que desenvolviam suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família (FILHO, 2009).

A construção da categoria agricultura familiar pelo PRONAF tem o objetivo normativo de delimitar o público que este programa tem capacidade de abranger e o fundamento de sua classificação é o tipo de inserção ou adaptação dos agricultores familiares em relação a mercados e a geração de renda (GUANZIROLI *et al.,* 2000).

O conceito de agricultura familiar possui uma grande amplitude, principalmente no campo das ciências sociais. Nessa pluralidade de conceito, ela pode ser entendida como “a gestão de uma unidade produtiva bem como os investimentos nela realizados por indivíduos que possuem um laço de sangue ou casamento, onde o trabalho é realizado pela família que também é detentora da propriedade ou dos meios de produção” (FAO/INCRA, 1996 apud. DIAS, 2006).

A sua importância vai além do desenvolvimento econômico, pois busca dar visibilidade aos atores responsáveis por grande parte do abastecimento alimentar brasileiro, contribuindo ainda para a permanência do homem no campo, e para o fortalecimento de políticas públicas destinadas à alimentação,

como é o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar e do Programa de Aquisição de Alimentos.

Vale destacar, que além de todas as especificidades da agricultura familiar, ela é uma grande aliada da preservação ambiental, pois utiliza práticas agrícolas que buscam a redução do impacto ambiental, preservando assim o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Embora tenha grande importância para o contexto desenvolvimentista brasileiro, Schneider (2003) destaca que os estudos sobre à agricultura familiar se iniciaram em um período relativamente tarde no Brasil, ao se comparar com os países desenvolvidos, tendo esse como marco a década de 1990. Por isso, para entender melhor a importância da agricultura familiar, é válido considerar que não é somente a dinâmica da produção que orienta a organização socioeconômica das propriedades. Neste contexto, suas práticas não são essencialmente guiadas pela necessidade de organização da produção visando obter renda e lucro por meio da comercialização de produtos em mercados (DIAS, 2006). Denominar o estabelecimento familiar de “unidade de produção” é simplificar algo que é muito mais complexo.

3. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliométrica. O método utilizado é quali e quantitativo e de caráter exploratório. A análise bibliométrica é definida por Costa et al (2012) como uma técnica importante para medir os índices de produção e disseminação do conhecimento, através do acompanhamento da produção científica. Dessa forma, através dos resultados, é possível traçar um panorama sobre o padrão das publicações que estão sendo desenvolvidas, em determinadas bases de dados e sobre um tema específico, capaz de nortear os temas que estão sendo abordados e os que ainda não foram estudados.

Nesta pesquisa buscou-se também mensurar numericamente a quantidade de trabalhos que utilizaram a temática cooperativismo e agricultura familiar, por isso adotou-se o caráter quantitativo em interface ao qualitativo. O caráter do estudo é exploratório, que é compreendido por Gil (2008), como aquele que tem a finalidade de proporcionar uma visão ampla e aproximada do problema a ser estudado. O autor ressalta que esse tipo de pesquisa envolve geralmente levantamento bibliográfico e documental.

O universo de estudo deste trabalho compreende duas bases de dados:

- **Anais de Congresso:** Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER);
- **Periódico:** Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR);

A opção pela coleta de artigos eletrônicos se deu a partir dessas bases devido à relevância da SOBER como uma sociedade científica que está desde 1960 em funcionamento, em sua 57° edição como Congresso e a Revista está no 56° Volume, com quatro publicações anuais.

Para a busca dos trabalhos, utilizaram-se os descritores: cooperativas, cooperativa, cooperativismo, coop, agricultura familiar, pequeno produtor, separadamente e em conjunto. A busca visou verificar quantas publicações constam nas bases de dados no período de 2010 a 2018.



Desta forma, as categorias analisadas foram subdivididas quanto à forma e ao conteúdo. Para a caracterização quanto à forma utilizou-se dos seguintes segmentos: (I) Número de registros por base de dados; (II) Produções por ano de publicações; (III) Autores: autoria e coautoria; (IV) O sexo do autor (a) principal e do coautor (a); (V) Instituição do autor principal. Para a análise do conteúdo, foi utilizada a nuvem de palavras por meio do software Iramuteq para analisar quais termos foram mais utilizadas a fim de verificar quais os enfoques estão sendo apresentados. Além disso, os estudos selecionados foram divididos em dezesseis categorias temáticas, conforme a tabela 01 abaixo.

Tabela 01: Categorização dos trabalhos selecionados quanto ao assunto abordado.

Assuntos	N° de trabalhos	Assuntos	N° de trabalhos
Assentamentos rurais e Cooperativismo	1	Intercooperação	1
Capital Social	2	Juventude, Sucessão geracional	6
Cooperativismo Agrícola e agropecuário	2	Pluriatividade	1
Cooperativismo de Crédito	1	Políticas Públicas	15
Cooperativismo e Multifuncionalidade	1	Redes	1
Empreendedorismo	1	Renda, Comercialização e Competitividade	6
Gestão	6	Sustentabilidade/agroecologia/ produção orgânica	5
Inovações Organizacionais	2	Vantagens, oportunidades, desafios e limitações do cooperativismo	3

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Dessas dezesseis categorias, apenas as cinco mais expressivas foram utilizadas em maior profundidade para compreender como os temas cooperativismo e agricultura familiar estão sendo sistematizados, já que são aquelas de maior ênfase.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Quanto à forma

Este segmento de análise mostra o perfil dos trabalhos científicos que estão sendo apresentados do Congresso da SOBER e os que compõem a Revista RESR. Dessa forma, com base nos assuntos pesquisados, cooperativismo, agricultura familiar e a junção desses dois tópicos, a Tabela 02 apresenta o número de trabalhos encontrados nas duas bases de dados delimitadas nesta pesquisa.

Tabela 02: N° de registros obtidos por base de dados no período de 2010-2018.

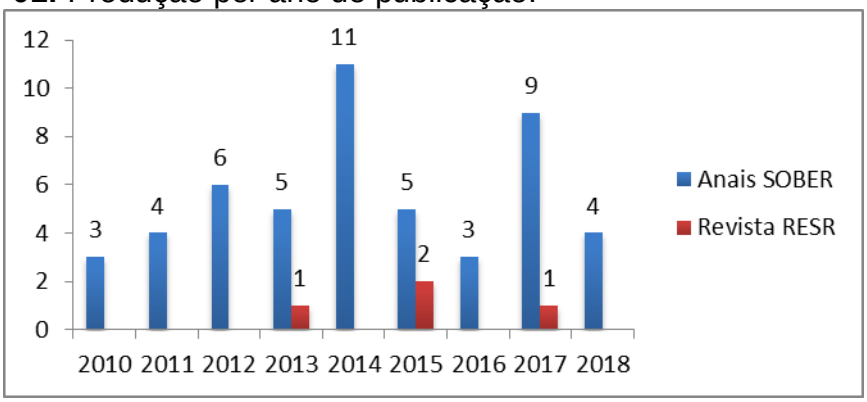


Bases Consultadas	Trabalhos sobre Cooperativismo	Trabalhos sobre Agricultura Familiar	Trabalhos sobre Cooperativismo e Agricultura Familiar
Anais SOBER	169	469	50
Revista RESR	14	51	4
Total	183	520	54

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Entre as publicações pesquisadas, as que correlacionam cooperativismo e agricultura familiar tiveram em 2014 maior expressividade no Congresso da SOBER e na Revista RESR em 2015, apresentadas no Gráfico 1:

Gráfico 01: Produção por ano de publicação.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

O maior volume de publicações foi registrado no ano de 2014, seguido pelos anos de 2017 e 2012, nos Congressos da SOBER. Mesmo com volumes mais representativos nestes anos, as publicações que envolvem as duas temáticas na mesma discussão ainda são escassas quando se considera a quantidade de trabalhos que envolvem as temáticas (cooperativismo e agricultura familiar) separadamente. O congresso, por ser mais interdisciplinar, apresenta maior abertura para a temática, enquanto que a revista o número de trabalhos é relativamente pequeno sobre cooperativismo e agricultura familiar. Mas outro fator também limitante é que o congresso agrega um volume de trabalhos muito maior que a revista, além de ter várias modalidades de aceite de trabalhos: em formato de artigo para apresentação oral ou resumo para apresentação em banner. Por isso, é provável que o congresso apresente maior flexibilidade para aceitar um trabalho em relação à revista, que possui um rigor maior de cientificidade.

Dessa forma, tendo como referência que durante o período de 2010 a 2018 foram publicados 638 trabalhos envolvendo os assuntos separadamente, constatou-se que apenas 7,84% das publicações envolveram os dois assuntos. Enquanto que a Revista RESR publicou no mesmo período 65 artigos também com as temáticas separadas, e 6,15% representam os trabalhos que envolvem cooperativismo e agricultura familiar no mesmo *paper.*

Outro ponto destacado é quanto à distribuição dos sexos entre autores e coautores dos trabalhos, onde revela pouca disparidade. Dos quatro artigos publicados na Revista RESR, apenas um tem uma mulher como autora principal e os outros três artigos, todos têm um homem como autor principal. Em relação aos anais do Congresso, dos cinquenta trabalhos apresentados, 27 foram de autoria feminina e 23 masculina, enquanto a coautoria foram 26 por homens e 24 de mulheres.

Tabela 03: Sexo do autor e do coautor.

Sexo dos autores dos artigos	Anais SOBER	Revista RESR
Masculino	23	3
Feminino	27	1
Sexo dos coautores dos artigos		
Masculino	26	4
Feminino	24	0

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

É interesse notar nesses números que a diferença entre as publicações de trabalho por sexo que envolve a temática Cooperativismo e Agricultura familiar é relativamente pequena no Congresso da SOBER. Quanto à revista, prevalece o sexo masculino na publicação dos trabalhos.

Entre as instituições que apresentaram maior número de publicação sobre o tema na revista RESR, houve somente pesquisas elaboradas no Estado de Minas Gerais, sendo essas principalmente desenvolvidas pela Universidade Federal de Viçosa, conforme o quadro 01.

Quadro 01: Filiação dos autores e coautores na Revista RESR em artigos sobre Cooperativismos e Agricultura Familiar.

Autor	Coautoria
Universidade Federal de Minas Gerais	Universidade Federal de Viçosa
Universidade Federal de Viçosa	Universidade Federal de Viçosa
Universidade Federal de Viçosa	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM).
Cresol Baser, Muriaé, Minas Gerais	Universidade Federal de Viçosa

Fonte: Elaborada pelos autores, 2019.

Em se tratando do Congresso da SOBER, quatro Universidades se mostraram mais expressivas quanto à publicação de trabalho sobre o assunto aqui discutido. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul está em primeiro lugar neste ranking, seguido da Universidade Federal de Santa Maria e a Federal de Pernambuco.



Tabela 04: Filiação dos autores e coautores no Congresso da SOBER em publicações sobre Cooperativismos e Agricultura Familiar.

Instituição	N° de Trabalhos
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	7
Universidade Federal de Santa Maria	6
Universidade Federal de Pernambuco	3
Universidade do Oeste de Santa Catarina – unoesc	2
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – unioeste	2

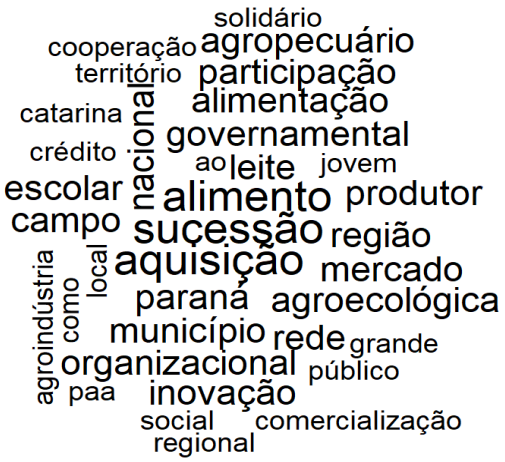
Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

4.2 Quanto ao conteúdo

Este segmento de análise preocupa-se em compreender quais outros assuntos estão sendo abordados transversalmente à temática sobre cooperativismo e agricultura familiar. Por isso, inicialmente fez-se uma análise através das principais palavras que foram utilizadas no título e nas palavras-chave através da nuvem de palavras ou o chamado *Word Cloud*, produzidas pelo software Iramuteq. Essa ferramenta permite representar a frequência com que um termo foi citado em um texto, indicada pelo tamanho de cada palavra. Portanto, aquelas que estão em maior tamanho, significam que foram mais vezes citadas.

Ao separar os títulos para a análise, as palavras “cooperativismo” e “agricultura familiar” foram retiradas para melhor visualizar os demais termos que estão sendo explorados no contexto do assunto principal, em convergências com aquelas palavras.

Figura 2: Nuvem de palavras elaboradas através dos títulos dos trabalhos encontrados 2010 – 2018.



Fonte: Elaborado pelos autores por meio do software Iramuteq 2019.

A nuvem de palavras dos títulos expressa que as palavras “alimento”, “sucessão” e “aquisição” estiveram em maior evidência, fato comprovado



quando dividiu os resultados em categorias analíticas. Isso demonstrou também, em interface com essas palavras, que o eixo políticas públicas possui o maior número de publicações, e em geral aglutina a agricultura familiar e o cooperativismo em torno do acesso a políticas de aquisição de alimentos. Nesses trabalhos, em geral, a cooperativa é apropriada e apresentada como mecanismos de mediação entre os agricultores e o mercado, mas também com o Estado, que implementa a política de compra governamental de alimentos.

O cooperativismo como estratégia de organização da agricultura familiar é cada vez mais destacado como fundamental para a efetividade dos mercados institucionais de alimentos. A garantia de oferta de alimentos, nesse sentido, e da forma como tratam os artigos, depende da organização econômica da agricultura familiar, e para que essa se consolide, o cooperativismo se difunde. Contudo, apesar de certa apologia ao cooperativismo como instrumento de abastecimento de mercados institucionais de alimentos pela agricultura familiar, e isto figurar como recomendação em muitos trabalhos acadêmicos, pouco se discute sobre a trajetória e qualidade dessas organizações, sobre a configuração dos grupos que materializam a cooperativa e as assimetrias que a definem. Falta, portanto, uma análise organizacional do cooperativismo no seio desses trabalhos, desvelando os processos sociotécnicas que caracterizam as cooperativas.

De forma geral, como já mencionado, o cooperativismo é adotado como uma alternativa viável para a agricultura familiar, uma vez que fortalece o grupo no intuito de acessar mercados que dificilmente conseguiriam sozinhos. No caso das estratégias que as famílias que fazem parte de uma cooperativa vêm utilizando para garantir a sua reprodução social, destacou-se: a pluriatividade, a gestão das cooperativas, a inovação organizacional, intercooperação e o empreendedorismo, termos usados nos trabalhos para caracterizar processos que, por meio de uma organização cooperativa, os agricultores familiares alcançam melhores resultados para suas famílias. No caso da pluriatividade, a conciliação do trabalho agrícola com outra atividade tem engendrado novos sentidos do trabalho para os agricultores que extrapolam o aspecto econômico/financeiro, relacionando-se ao âmbito da sociabilidade, dos papéis sociais, da autonomia dos trabalhadores, da função social das atividades de trabalho, entre outros. Como característica da composição da renda da agricultura familiar, alguns trabalhos apontam que a presença de cooperativas contribui para incrementar a renda agrícola, reconfigurando as estratégias pluriativas.

No caso da gestão, inovação, intercooperação e empreendedorismo, os agricultores familiares buscam formas de ampliar as suas possibilidades de reprodução, entre as quais as redes de cooperação. Os distintos processos de agregação de valor e formas de organização, através das agroindústrias familiares, são evidências da capacidade empreendedora dos agricultores familiares e suas organizações, assim como na diversidade de estratégias que adotam para sua inserção no mercado. Nesse sentido, processos de agregação de valor aos produtos da agricultura familiar aparecem com significância nas análises acadêmicas.

Embora um dos principais objetivos do cooperativismo seja o fortalecimento organizacional dos agricultores, um caso estudado indicou que não houve desenvolvimento do capital social entre os agricultores, tendo como base a falta de confiança. Os entraves à cooperação foram principalmente o

individualismo e o desinteresse dos cooperados em ampliar a rede de relacionamento e participar de forma integral das atividades da cooperativa.

Aqui percebeu-se que a trajetória sociopolítica dos grupos que formam cooperativas na agricultura familiar importam de maneira decisiva em sua consolidação. Isso emerge no contexto de criação de cooperativas apenas com finalidade instrumental, como para atender uma política pública ou para receber algum projeto, sem criar um processo social de mobilização comunitária, induzindo a cooperação anterior ao fato gerador da demanda. O imediatismo na constituição de cooperativas pode levar, como observado, à mera formalidade das organizações e seu desenraizamento da base social dos territórios onde atuam.

Nesse sentido, amplia-se a necessidade de fortalecer a rede social e a conexão entre os agricultores, para expandir a confiança, as relações de reciprocidade e ajuda entre os membros das cooperativas (SILVA, 2013) Por isso, ao tratar deste assunto, assume-se que para alcançar o capital social no cooperativismo é necessária uma sólida relação de sinergia dos cooperados e outros atores relevantes para os negócios da cooperativa.

Depois de identificados os assuntos que obtiveram maior frequência de repetição, separou-se em categorias de análises com base nos assuntos abordados em cada trabalho, demonstrando aos leitores os temas que foram o foco da discussão que integrava cooperativismo e agricultura familiar. Para a análise mais aprofundada, cinco categorias foram mais exploradas:

- **Políticas Públicas**

Nesta temática foram identificados quinze trabalhos, nos quais as políticas públicas são tidas como importantes para o desenvolvimento rural, devido ao fortalecimento da agricultura familiar, a pluriatividade e o capital social, humano e econômico. A maioria desses trabalhos evidenciou que as politicas públicas instituídas pelo governo federal, especialmente aquelas ligadas à compra de alimentos, estão se constituindo como um importante instrumento de acesso ao mercado pela agricultura familiar.

É apontado por Cunha, Freitas e Salgado (2017), que a agricultura familiar, a partir de 1990, ganhou reconhecimento do Estado brasileiro como uma importante categoria social e política. Essa mudança foi impulsionada pelas reivindicações de movimentos sociais do campo, pesquisas científicas e também pela relevância do setor para a economia nacional em relação à produção de alimentos. A mudança de olhar sobre a agricultura familiar e os problemas do meio rural fez emergir um conjunto de novas ações governamentais, como dos Programas de Aquisição de Alimentos (PAA), em 2003, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em 2009.

Dada à importância desses programas, nessa categoria de análise, doze trabalhos trataram especificamente do PAA e PNAE, dois sobre o programa Mais Gestão e um sobre Redes Brasil Rural. Esses programas estão sendo retratados como importantes políticas públicas que impulsionaram cooperativas da agricultura familiar por meio da constituição de um mercado institucional de alimentos, constituindo significativa oportunidade de geração de renda para aquele segmento no Brasil. Os artigos mostraram que a garantia desse mercado e sua indução para a organização da agricultura familiar tem repercutido na viabilização de cooperativas em diferentes regiões do país.



Além disso, os produtos da sociobiodiversidade também estão sendo beneficiados. Esses produtos mantém a estrutura dos biomas brasileiros (Amazônia, Mata Atlântica, Zona Costeira, Cerrado e Caatinga) e geram renda para milhares de famílias, mas na maioria das vezes essas cadeias são pouco competitivas, com pequena escala de produção e baixa rentabilidade(CRUZ & VIEGAS, 2010). Então, o acesso de extrativistas ao mercado institucional criado a partir do PAA, é abordado como uma oportunidade de geração de renda para públicos marginalizados pelos mercados convencionais.

De forma geral, alguns pontos positivos sobre estes programas que se relacionam a cooperativismo e agricultura familiar foram identificados: 1) oportunidade para que os agricultores familiares e seus empreendimentos coletivos consigam diversificar e escoar a produção; 2) valorização do trabalho familiar; 3) oportunidade de inclusão produtiva para jovens e mulheres; 4) alternativa para a comercialização dos produtos da Agricultura Familiar; e 5) compra da produção, melhor preço de venda e faturamento da cooperativa.

Contudo, ainda existem barreiras para acessar aqueles programas de compra governamental de alimentos e outras políticas públicas de desenvolvimento rural, em que foram destacados principalmente: 1) assistência técnica; 2) adequação sanitária; 3) gestão e logística, que impedem as cooperativas de acessar essas políticas, principalmente quando se fala em grandes centros urbanos; 4) exigências de manter a regularidade de entrega, controle de qualidade e padronização estética dos produtos. Portanto, apesar do cooperativismo ser apontado como solução para dinamizar o acesso a políticas públicas, a formação de cooperativas ainda é um desafio para muitas regiões rurais.

Desta forma, as políticas públicas que englobam os mercados institucionais estão sendo um desafio e, ao mesmo tempo uma oportunidade para construção de uma política de desenvolvimento rural sustentável que consequentemente, resulta na geração de trabalho, ocupação e dinamização da economia local. Além do que, a inserção das cooperativas nestes programas, de um ponto de vista sistêmico, constitui uma estratégia de aprendizado para o acesso a outros canais de comercialização.

Outras políticas estão também sendo criadas, como mais recentemente a Rede Brasil Rural, uma ferramenta virtual que busca facilitar a conexão entre as cooperativas dos produtores rurais com fornecedores de insumos, meios de transporte e dos próprios consumidores (públicos e privados). A implantação do programa está proporcionando o crescimento da rede de relações da agricultura familiar através das fontes eletrônicas de comercialização (CARVALHO; SANTOS; CARVALHO, 2012).

O Programa Mais Gestão, também foi destacado entre os trabalhos analisado. Este é caracterizado como uma política pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), focalizado na qualificação da gestão nas cooperativas de Agricultura Familiar, visto que a gestão é um desafio para esses empreendidos devido a exigência de envolvimentos entre os sócios, que os produtores também sejam gestores do negócio, a baixa escolaridade e pouca experiência dos sócios. Furman e Ferreira (2016) observou que a eficiência do Programa depende do envolvimento dos colaboradores com o que acontece na cooperativa, do conhecimento do Programa e da disposição para aderir às mudanças. Para Gregolin, Zonin e Zonin (2017), a atuação do programa Mais

Gestão, no Paraná, constatou-se que o principal gargalo é a gestão organizacional. As organizações que ele analisou encontram-se fragilizadas em diversos aspectos, tais como estrutura organizacional, educação e capacitação, indicadores de recursos humanos, de custos e regularização ambiental.

De forma geral, a organização dos agricultores, em forma de cooperativas, é vista como uma das alternativas que mais vem sendo utilizada para acessar mercados, principalmente os institucionais. Trata-se de uma forma organizacional que viabiliza a comercialização da produção dos agricultores. A agricultura familiar, organizada em cooperativas, possibilita acessar benefícios que dificilmente seriam alcançados de forma individual pelos cooperados. Dessa forma, Furman (2016) trata o cooperativismo como uma importante alternativa para organizar e fomentar a produção dos agricultores familiares, ao passo que possibilitam o acesso aos mercados institucionais.

- **Gestão**

Quanto ao tema gestão dentro do cooperativismo da agricultura familiar, foram encontrados seis artigos que englobam a discussão, tratando das dificuldades e dos fatores positivos que os agricultores vivenciam nos empreendimentos cooperativos. Vale ressaltar que os trabalhos analisados fazem parte de campos de pesquisas de diversas unidades da federação. Dessa forma, a localidade, os aspectos econômicos, sociais e culturais podem viabilizar ou não a praticidade na gestão dessas instituições.

Entre os artigos analisados neste tema, cinco destacaram as repercussões positivas que a gestão cooperativa vem apontando: 1) autonomia produtiva das pequenas propriedades; 2) mudanças e adequação de novos valores respeitando o meio ambiente; 3) educação financeira dos agricultores; 4) melhoramento no nível de informações; 5) cooperação para viabilizar estruturas produtivas. Esses são elementos destacados à gestão, mas associados ao papel das cooperativas para a agricultura familiar, exercido sobre princípios de solidariedade, identidade e integração social (CORBARI et al, 2017; ELIAS et al, 2015; LIMA et al, 2017).

Por outro lado, um dos trabalhos analisados destacou a importância da capacitação dos agricultores que compõe o quadro social das cooperativas, pois mesmo com acesso a informação e internet, estes não sabiam fazer o uso correto dessas ferramentas, principalmente de programas voltado para a gestão da propriedade e cooperativa em todos os aspectos: ambiental, econômico e financeiro. O trabalho de Corbari et al (2017), destaca ainda que após a capacitação dos agricultores, houve uma evolução quanto ao uso desses mecanismos, o que acabou impulsionando a capacidade de melhoramento das propriedades.

Entretanto, apesar destas questões, a gestão foi apontada como um desafio para as cooperativas da agricultura familiar. Mesmo que a análise dos instrumentos e dinâmica de gestão não tenha sido foco de nenhum dos artigos, muitos evidenciaram que a profissionalização da gestão em cooperativas da agricultura familiar é uma necessidade premente. Associando estes indicativos com os desafios listados para o acesso ao mercado institucional de alimentos percebe-se que a gestão é um elemento orientador da eficiência dessas organizações e de suas condições, não apenas de acesso a mercados mas, para além disso, de sua manutenção ou sobrevivência nesses mercados.



- **Juventude e Sucessão Rural**

A sucessão tem sido também foco de trabalhos que integram as temáticas agricultura familiar e cooperativismo. A agricultura familiar como segmento social vivencia problemas de evasão dos jovens do campo, presenciando intenso envelhecimento. Muitas cooperativas também se deparam com essa realidade, especialmente com dificuldades de sucessão na gestão das organizações, possuindo quadros sociais formados por pessoas cada vez mais velhas e jovens com menores interesses em permanecerem nos negócios da família e, assim, na cooperativa.

Dentre os seis artigos analisados sobre o tema (SPAVANELLO et al, 2011; CONTERATTO et al, 2018; DALMONTE & SILVA 2014; DALMONTE & SILVA, 2014b; DEGGERONE et al, 2017; STRATE, 2017), há convergência nos apontamentos das dificuldades em dar continuidade às unidades familiares de produção. Nesse contexto, os problemas relatados nas pesquisas são: 1) identificação de um possível sucessor e falta de planejamento sucessório; 2) falta de comunicação nas famílias; 3) falta de estímulos para que os filhos sucedam no empreendimento; 4) baixo nível de tecnologia no processo produtivo; 5) atração que as cidades exercem sobre os jovens e o crescimento do êxodo rural. Esses apontamentos dizem respeito a condições estruturais de manutenção das famílias no campo e de estímulo para permanência dos jovens, cada vez mais depreciadas e sem amparo do Estado para solucioná-las. Mas também a condições culturais, que representam o rural como lugar de atraso, reproduzindo discursos e práticas familiares de pouco engajamento dos jovens nas atividades econômicas rurais.

Porém, o trabalho de Conteratto et al (2018) e Deggerone et al (2017) mencionaram como a associação dos agricultores familiares a empreendimentos cooperativos contribuiu para minimizar problemas de sucessão e, em geral, contribuíram para a reprodução social das famílias. Entre essas contribuições estão: 1) o acesso as linhas de crédito e a seguro agrícola; 2) melhores retornos financeiros proporcionados pela atividade econômica cooperativada; e 3) realização de programas de educação cooperativista com jovens rurais, que estimulam o associativismo/cooperativismo como uma forma de gestão comunitária e criam perspectivas de empreendedorismo no campo.

Os trabalhos ressaltam a sucessão rural como um grande desafio no meio rural. Mas também foram sinalizados algumas estratégias para sua superação, como projetos educativos de formalização de lideranças e valorização de cadeias produtivas de interesse dos jovens.

- **Renda, Comercialização e Competitividade**

Um dos aspectos pelo qual os agricultores familiares ingressam em cooperativas é citado por Bispo e Diniz (2013), como a busca de se fortalecerem em um mercado competitivo e complexo, onde existe a necessidade de diversificar a produção, reduzir custos e distribuir os alimentos. Neste eixo, foram encontrados cinco artigos.

Foi evidenciado no trabalho de Lima et al (2014) que ao entrevistar agricultores que se tornaram membros de cooperativas, que estes tiveram um significativo aumento em seus rendimentos. Tal fato concerne com os objetivos



das cooperativas quanto o auxílio aos agricultores em diferentes aspectos. Como apresentado em um artigo ao estudar cooperativas de agroextrativistas, observou que estas organizações auxiliam para que o agricultor alcance os mercados externos em regiões onde as condições de acesso eram precárias, somadas as fragilidades econômicas dos produtores.

As cooperativas contribuem também para o agricultor em seus aspectos operacionais. O artigo de Escher e Schubert (2013) demonstra que as cooperativas diminuíram os custos de transação de seus associados, aumentaram o valor da matéria prima e imprimiram competitividade à dinâmica dos territórios, favorecendo os agricultores familiares do ponto de vista da inclusão produtiva. Além disso, a cooperativa auxilia os cooperados em funções administrativas, como no marketing e relacionamento com clientes e parceiros (PETRY et al, 2016).

Destaca-se nesta categoria, portanto, um dos elementos de maior motivação para a entrada e manutenção de agricultores familiares nas cooperativas, que está ligado de fato ao propósito das próprias cooperativas: o acesso a mercados e a geração de renda em ambientes competitivos nos quais eles sozinhos dificilmente teriam condições de participar. Na categoria políticas públicas, que expressa a constituição de um mercado institucional isso já ficou evidente, sendo hoje um dos maiores focos de análise acadêmica, já que esse mercado tem se tornado “carro chefe” de várias cooperativas da agricultura familiar. A comercialização de produtos agropecuários tem sido um processo cada vez mais complexo, com exigência sanitárias, custos altos, especificidades dos consumidores, qualidade dos produtos etc., o que tem evidenciado também a importância da organização coletiva para romper barreiras comerciais e aproveitar economias de escala.

- **Sustentabilidade, produção orgânica e transição agroecológica**

Alguns trabalhos analisados tratam enfaticamente sobre a participação de cooperativas da agricultura familiar na promoção de uma matriz de produção agrícola mais sustentável, na conversão de agrossistemas tradicionais para orgânicos e agroecológicos. O papel assumido pelas cooperativas é de articuladora dessas mudanças, contribuindo com a difusão das ideias de sustentabilidade, mas também viabilizando-as por meio da inserção em redes e acessando mercados que valorizam produção dessa natureza. No caso em que os agricultores ainda se encontram em transição agroecológica, a cooperativa é incentivadora de práticas sustentáveis, em assistência técnica, cursos para seus cooperados (SILVA, 2018).

Portanto, as cooperativas não figuraram apenas como “entes comerciais”, mas como agentes da mudança, em que o elo mercado é apenas um dentro da cadeia de intervenções protagonizadas pela organização cooperativa.

Andersson et al (2015) aponta que o cooperativismo é essencial para operar a certificação orgânica na agricultura familiar. O processo de certificação por auditoria é caro e por isso a certificação participativa tem sido difundida como alternativa para a agricultura familiar. A formalização de um Organismo de Controle Social (OSC) território onde há cooperativismo enraizado é facilitada, e ele se torna o mecanismo de garantia da qualidade orgânica dos produtos cultivados (controle social para venda direta). Para o trabalho analisado, esse processo proporciona a valorização dos agricultores familiares



ecologistas e agroecológicos, sendo eles os principais responsáveis pelo processo de certificação.

Na Amazônia, o trabalho de Ferreira, Cavalcante e Souto (2014) sobre o caso da cooperativa D'Irituia, analisado o processo de transformação dos resíduos orgânicos em adubo para utilização na produção de hortaliças e sistemas agroflorestais SAFs, utilizando os métodos de compostagem, minhocário e biofertilizantes, adaptadas as condições do clima da Amazônia, a partir de experiências desenvolvidas no Instituto Federal do Pará Campus Castanhal e na EMBRAPA Amazônia Oriental. É observado que a relação da cooperativa com os centros de pesquisa traz melhoria da capacidade técnica produtiva dos associados, por meio da qualificação técnica na produção de adubos orgânicos, que era apresentado como um gargalo para ampliação da produção orgânica dos agricultores familiares.

De forma geral, nesta categoria de análise, afirma-se que as cooperativas têm papel fundamental para a conquista de uma produção de base ecológica. Constata-se, assim, que as cooperativas podem contribuir para os agricultores que estão buscando a transição agroecológica.

5 CONCLUSÃO

Durante o desenvolvimento desse trabalho, verificou-se o crescente número de pesquisas existente sobre agricultura familiar, más quando se incorpora cooperativismo ao termo de busca, observa-se uma grande redução na quantidade de publicações encontradas. Embora ambos os temas não são recentes na política e na pauta legislativa brasileira, o cooperativismo passou a ganhar visibilidade acadêmica e científica apenas na última década, devido a importância do setor para o desenvolvimento rural.

Assim, nos trabalhos encontrados, observa-se uma concentração de publicações científicas em alguns eixos temáticos interligados com o tema cooperativismo, tais como: "juventude e sucessão rural", "renda, comercialização e competitividade", "gestão", sustentabilidade e transição agroecológica" e "políticas públicas". Em análise, percebeu-se que esses temas apontam para "locus" de incidência das cooperativas na agricultura familiar, ou seja, ambientes de desafios conjunturais, estruturais e culturais, para a agricultura familiar e que organizações cooperativas tem condições de assumir certo dinamismo e operar mudanças por meio da cooperação econômica e a integração social das pessoas.

Contudo, ressalta-se, o cooperativismo não é tomada como solução para os problemas do desenvolvimento rural, mas como um instrumento capaz de induzir mudanças, a depender de sua forma de constituição, gestão e desenvolvimento. Pois, da mesma forma que uma cooperativa pode incidir positivamente no engajamento de jovens e na ampliação da renda familiar, uma organização má gerida pode levar a dívidas, conflitos e, assim, à desestruturação comunitária.

Observou-se nos artigos analisados que houve uma melhoria tanto na qualidade de vida dos agricultores, quanto no gerenciamento das propriedades após a vinculação com os empreendimentos cooperativos. Conforme relatado em algumas publicações, as cooperativas tem se tornado uma grande aliada para a agricultura familiar, pois quando bem organizadas podem oferecer serviços para melhorar a gestão econômica, produtiva e ambiental para as



propriedades, busca implementar cursos de capacitação aos seus cooperados, instituindo assim, um projeto comunitário de desenvolvimento rural.

É importante destacar, porém, que apesar do papel positivo atribuído às cooperativas, muitos desafios são a elas associados, também criando uma perspectiva de dúvida sobre seu futuro para a agricultura familiar. Ênfase muito grande é dada, especialmente nos últimos anos, à associação entre agricultura familiar e as políticas públicas de compra governamental de alimentos, que indica o cenário nacional de abertura dos mercados institucionais. Isso representou uma enorme oportunidade, que como mostrado pelos artigos, tem sido aproveitada pela agricultura familiar. Contudo, as análises apontam que para algumas cooperativas esses mercados são praticamente sua fonte de existência, já que tem dificuldades ou não acessam outros canais de comercialização. Portanto, diversificar as fontes de faturamento das cooperativas é uma direção a que aqui se aponta para a sustentabilidade das cooperativas em longo prazo para reduzir dependências do Estado.

Apesar da limitação da base de dados aqui explorada, ela foi importante para mostrar como parte do campo acadêmico tem olhada e interpretada as cooperativas no contexto da agricultura familiar. Conclusivamente, essa pesquisa apontou que há ainda grandes lacunas a serem exploradas empiricamente na convergência desses temas, especialmente sobre o desenvolvimento organizacional das cooperativas e, com maior imersão, o papel que elas assumem para a vida das famílias e para o desenvolvimento rural. O que os artigos revelam são pistas analíticas, aludindo à necessidade de ampliar a profundidade das pesquisas. Elas remetem também a importância de conceber as cooperativas em suas redes de relações interorganizacionais, para mostrar como elas surgiram e a partir de que interações elas se consolidam.

Referências Bibliográficas

ANDERSSON, F. S. et al. Protagonismo e cooperação na agricultura familiar de base ecológica: a construção de um organismo de controle social (OCS) no Sul Gaúcho. **53° Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural**. João Pessoa, PB. 26 a 29 de julho de 2015.

BENATO, João Vitorino Azolin. **O ABC do cooperativismo**. São Paulo-SP: Ocesp/sescoop.2003. 204p.

BISPO, T. W; DINIZ, J. D. A. Caracterização dos canais de distribuição de uma cooperativa de extrativista do Cerrado. **51° Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Maceió, AL. 21 a 24 de julho de 2013.

BRASIL. Senado Federal. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 de jul. de 2006. Disponível em: <rdd6> Acesso em: 15 mai. 2019.

CARVALHO, C. O; SANTOS, A. C; CARVALHO, G. R. Rede Brasil Rural: forma de comercialização para a agricultura familiar**. 50° Congresso Brasileiro**

de Economia, Administração e Sociologia Rural. Vitória, ES. 22 A a 25 de julho de 2012.

CONTERATO, C. et al. Sucessão geracional familiar em propriedades rurais de agricultores associados em cooperativa de crédito. **56° Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural.** UNICAMP, SP. 29 de julho a 01 de ago. de 2018.

CORBARI, F. et al. A inclusão digital como ferramenta de extensão rural para a gestão do cooperativismo de economia solidária no Oeste do Paraná. **55° Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Maceió, AL. 30 de julho a 03 de agosto de 2017.

CRUZ, K. C. M. S; VIEGAS, G. L. Participação social no âmbito do programa de aquisição de alimentos (PAA): o caso da comercialização de castanha do Brasil pela COOPERACRE. **48° Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural.** Campo Grande, 25 a 28 de julho de 2009.

CUNHA, W. A; FREITAS, A. F; SALGADO, R. J. S. F Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 55, Nº 03, p. 427-444, Jul./Set. 2017.

DALMONTE; L. M; SILVA, L. C. F. Características socioculturais do grupo familiar, infraestrutura e base tecnológica na sucessão em unidades produtoras de leite um estudo de caso em Cooperativa de Santa Albertina-SP. **52° Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Goiânia, GO. 27 a 30 de jul. 2014.

DALMONTE; L. M; SILVA, L. C. F. Sucessão em unidades de leite e os jovens: um estudo de caso e cooperativa de Santa Albertina- SP. **52° Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural.** Goiânia, GO. 27 a 30 de jul. 2014.

DEGGERNE, Z. A. et al. Jovens e Cooperativismo: Como as cooperativas da agricultura familiar estão fomentando a participação dos jovens nas instituições cooperativistas. **55° Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural.** Maceió, AL. 30 de julho a 03 de agosto de 2017.

DELGADO, Guilherme. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2005.

DIAS, M. M. Agricultura familiar: disputas conceituais, tipologias e políticas públicas. Curso de especialização em Desenvolvimento Sustentável para o Semi-Árido Brasileiro. ABEAS/UFCG. Campina Grande, 2006.

DIAS, M.M. **Glossário de Termos utilizados em Desenvolvimento Rural**. Publicado ICS (versão impressa e online), 2006.

ELIAS, L. P. et al. Inovações organizacionais: uma análise dos processos de gestão em cooperativistas da agricultura familiar em Santa Catarina. **53°**

Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural. João Pessoa, PB. 26 a 29 de julho de 2015.

ESCHER, F; SCHUBERT, M. N. Competitividade das cooperativas de leite da agricultura familiar: uma análise dos custos de transação. **51° Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural.** Maceió, AL. 21 a 24 de julho de 2013.

FERREIRA, C. P; CAVALCANTE, A. E. C; SOUTO, G. C. Caracterização dos sistemas de produção orgânica dos agricultores familiares cooperados da cooperativa D'IRITUIA nordeste do Pará. **52° Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural.** Goiânia, GO. 27 a 30 de jul. 2014.

FILHO, J. B. S. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar - PRONAF. Disponível em: http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo26.htm. Acesso em 2 mai.2019.

FRANTZ, W. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Ijui, RS: Unijui, 2012.

FURMAN, A; FERREIRA, G. M. V. Avaliação de política pública direcionada às cooperativas da agricultura familiar: uma análise do programa Mais Gestão. **54° Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural.** Maceió, AL. 14 a 17de agosto de 2016.

GONÇALVES, D.C.; VILELA, K.F.; BARBOSA, R.A. Associativismo, cooperativismo e desenvolvimento local: o caso da comunidade rural de Pouso Alegre, Alcobaça, na Bahia. **Bahia análise & dados**. Dados, Salvador, v. 24, n. 3, p.571-586, jul./set. 2014.

GREGOLIN, M. R; ZONIN, V. J; ZONIN, W. J. Diagnóstico das cooperativas da agricultura familiar do Estado do Paraná de acordo com as ferramentas do Programa de ATER "Mais Gestão". **55° Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural.** Maceió, AL. 30 de julho a 03 de agosto de 2017.

GRISA, Cátia *et alii*. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de Assentamentos**, v. 13, p. 137- 170, 2010.

GUANZIROLI, C. *et. alii*. **Novo retrato da agricultura familiar** – o Brasil redescoberto. INCRA/FAO. Brasília, 2000.

LIMA, C. C. et al. Gestão e inovação social: alternativas de cooperação para a agricultura agroecológica familiar na Amazônia. **55° Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural. Maceió**, AL. 30 de julho a 03 de agosto de 2017.

LIMA, U. A. et al. Cooperativismo: alternativa viável para aumento da renda familiar na região do Sertão Pernambucano. 52° Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural. Goiânia, GO. 27 a 30 de julho de 2014.

MARTINS, José de Souza**. *O sujeito oculto (ordem e transgressão na reforma agrária)*.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano territorial de cadeias de produção cooperativa: orientações metodológicas e operacionais para a elaboração.** Brasília: MDA/SDT, 2007. 56 p.

OLIVEIRA, Nestor Braz. **Cooperativismo:** guia prático. Porto Alegre, 2 ed. Ver. Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul, 1984. 303 p.

PETRY, D. R. et al. Redes organizacionais: um estudo das estratégias de competitividade em cooperativas da agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina. **54° Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural.** Maceió, AL. 14 a 17de agosto de 2016.

SABORIN, E. Organizações formais e dispositivos coletivos dos agricultores no Nordeste Semi árido. In: SABOURIN, E. (org.). **Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural.** Cadernos do CEAM, 23. Brasília: UnB, 2006, pp. 51-93.

SCHNEIDER, J.O. Cooperativismo e desenvolvimento sustentável. **Otra Economía**, São Leopoldo – RS. Vol. 9, n. 16, enero-junio 2015

SCHNEIDER, S. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 100-121, 2003.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Políticas públicas e o lugar do jovem no mundo rural. In: COUTINHO, M. C.; FURTADO, O.; RAITZ, T. R. (Orgs.). **Psicologia social e trabalho:** perspectivas críticas. Florianópolis: Edições do Bosque, 2015.

SILVA, F. P. et al. Agricultura familiar no Cerrado Goiano: transição agroecológica na cooperativa COOPERAFI. **56° Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural.** UNICAMP, SP. 29 de julho a 01 de ago. de 2018.

SPANEVELLO, R, M; MAGRO, G. P. D. Sucessão geracional na agricultura familiar: a contribuição das cooperativas agropecuárias. **49° Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural.** Belo Horizonte, BH. 24 A 27 de julho 2011.

STRATE, M. F; SCHHMANN, L; VASCONCELOS, F. C. F. Aprendiz do campo: estimulando a sucessão rural através do cooperativismo no município de Teutônia – RS. **55° Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural.** Maceió, AL. 30 de julho a 03 de agosto de 2017.

VERRI, L. B. Desenvolvendo as cooperativas comunitárias de trabalho. Disponível em: <http://www.abracoop.com.br/download/Download_cooperativa_Comunity%E1ria.doc>.acesso em: 10 de maio de 2019.